
**ATA DE REUNIÃO Nº 08/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID**

Aos 19 dias do mês de agosto de 2026, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em julho/2026: Composição da Carteira de Investimentos**: Fundos em Renda Fixa: **24,35%**; Fundos em Renda Variável: **4,30%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **71,35%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 457.455.048,94**. Recursos em Conta Corrente: R\$ 150,52, saldo total entre recursos financeiros aplicados e recursos em conta: **R\$457.455.199,46**. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês: 0,74%**. **Rendimento: R\$3.366.794,76**. **Destaques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 0,58%, com valor acumulado em **R\$ 326.392.918,14**; 2) Variação negativa do investimento: não houve. **Aplicações:** R\$ 6.267.273,43 de saldo movimentado. **Resgates:** R\$ 6.193.891,13 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi positivo: R\$ 73.382,30. **Distribuição dos recursos do INPREVID:** BB Gestão DTVM: 14,16%; Caixa DTVM: 14,49%; e Títulos Públicos: 71,35%. Ainda sobre os assuntos de investimentos, o presidente apresentou aos membros que neste mês de agosto ocorreu o pagamento de cupons das NTN-B's com vencimento de anos pares no valor de R\$5.968.869,41, a recomendação é que este valor seja realocado em novas NTN-B's, ou fundos de investimentos CDI – 100% Títulos Públicos, em anexo e-mail com a recomendação da empresa de consultoria SMI, no entanto ficou definido que o valor será aplicado em NTN-B com vencimento 2040. Na sequência o presidente fez um breve comentário com relação as metas do INPREVID para 2027, visto que nos últimos anos a meta estabelecida pelo MPS tem sido a mesma definida pela PREVIC, sendo que em abril a PREVIC divulgou a Portaria 324 de 23 de abril de 2026, com novas taxas, com isso a meta atuarial dos RPPS's devem subir significativamente para 2027, conforme nosso duration da última avaliação foi de 16,5 anos, e caso seja mantido o padrão dos últimos anos, com a utilização da mesma taxa, parâmetro definido pela PREVC, a meta atuarial para 2027 será de aproximadamente IPCA+6,11%. Hoje a média ponderada dos Títulos Públicos é de IPCA+6,38%, em função disso será importante aumentar a média ponderada com aquisição de mais NTN-B's, visto que ainda temos espaço para alocação, conforme o estudo ALM, de aplicarmos em torno de 14 milhões para 2040 e mais 12 milhões para 2045, se isso for efetivado a média ponderada poderá subir para IPCA+6,5% aumentando a margem em relação a meta a ser estabelecida. Na sequência com os assuntos os membros do comitê de investimentos finalizaram a análise da documentação disponibilizada pela Instituição Financeira “XP Investimentos, CNPJ 02.332.886/0001-04 (Custodiante e Intermediário de ativos financeiros)” necessária para a renovação do credenciamento junto ao INPREVID, conforme determina a Portaria MTP 1467/2022. A instituição foi considerada apta ante a documentação, sendo, na sequência, emitido o atestado de credenciamento com validade de dois anos a contar desta data. Para finalizar a reunião, o presidente comentou com o comitê a possibilidade futura de aquisição de



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

uma sede para o INPREVID, tendo em vista que hoje já estamos sem espaço para adequar as necessidades de crescimento do instituto, atualmente usamos duas salas do FASM para guarda de arquivos, e com uma demanda crescente pelos próximos anos de concessão de benefícios, sendo também necessários mais servidores para absorver toda demanda que geraria no futuro, a aquisição de uma sede própria justifica também pela formação de patrimônio de longo prazo, a fim mitigar gastos mensais com aluguel e condomínio e a liberdade para adaptar a infraestrutura física às necessidades operacionais do INPREVID, a pretensão de aquisição é de uma sala de mais de 300m² para atender as futuras demandas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA

O mês de julho foi marcado pela combinação entre elevada volatilidade geopolítica, incertezas em torno da política monetária internacional e aumento das preocupações fiscais e comerciais. O conflito entre Estados Unidos e Irã voltou a se intensificar ao longo do mês, com impactos importantes sobre o mercado de petróleo e sobre as condições financeiras globais. Paralelamente, a economia norte-americana apresentou sinais de desaceleração, embora ainda mantendo crescimento positivo, enquanto a inflação permaneceu acima da meta do Federal Reserve. No Brasil, a melhora dos indicadores de inflação conviveu com a deterioração das expectativas fiscais, o avanço das incertezas eleitorais e o início de uma nova fase de tensão comercial com os Estados Unidos. O principal fator de risco no cenário internacional continuou sendo o conflito no Oriente Médio. Após períodos de relativa trégua, as hostilidades entre Estados Unidos e Irã voltaram a aumentar em julho, levando o Irã a restringir fortemente o tráfego pelo Estreito de Ormuz, uma das principais rotas mundiais para o transporte de petróleo e gás. O movimento provocou forte oscilação nos preços da commodity, com o petróleo Brent chegando a superar US\$ 90 por barril em determinados momentos do mês. O impacto sobre os mercados foi significativo, uma vez que a possibilidade de interrupções prolongadas no fluxo de petróleo elevou novamente os riscos de inflação global e reduziu as expectativas de flexibilização monetária nos principais mercados. No fim do mês, alguns sinais de retomada parcial do transporte pelo Estreito de Ormuz ajudaram a reduzir parte do prêmio de risco, mas o fluxo de embarcações permaneceu muito abaixo dos níveis normais. A evolução dos preços do petróleo passou, portanto, a desempenhar papel central na formação das expectativas dos investidores. Nos momentos de maior tensão, a alta da commodity reforçou as preocupações com uma nova rodada de pressão inflacionária, especialmente sobre economias importadoras de energia. Em contrapartida, períodos de redução das hostilidades provocaram quedas expressivas do petróleo e recuperação dos ativos de risco. Essa alternância contribuiu para manter elevada a volatilidade nos mercados de juros, câmbio e ações. A própria trajetória dos rendimentos dos Treasuries passou a refletir não apenas as expectativas para a política monetária, mas também o risco de que preços de energia mais elevados prolongassem o processo inflacionário. Nos Estados Unidos, os indicadores divulgados em julho mostraram uma economia ainda resiliente, mas com sinais mais claros de moderação. O mercado de trabalho apresentou criação de apenas 57 mil vagas em junho, enquanto a taxa de desemprego permaneceu em 4,2%. Embora o mercado de trabalho continuasse relativamente apertado, o ritmo de criação de empregos mostrou desaceleração relevante. Na atividade econômica, a primeira estimativa do PIB do segundo trimestre mostrou crescimento anualizado de 1,5%, abaixo dos 2,1% registrados no primeiro trimestre. O resultado foi sustentado principalmente pelo consumo das famílias, pelo investimento e pelas exportações, mas parcialmente compensados pela redução dos gastos governamentais. A inflação norte-americana apresentou sinais distintos durante o mês. O CPI de junho registrou queda mensal de 0,4%, enquanto a inflação em 12 meses ficou em 3,5% e o núcleo em 2,6%. Já o PCE, indicador de inflação preferido pelo Federal Reserve, mostrou queda mensal de 0,1% no índice cheio em junho, enquanto o núcleo avançou 0,1%. Na comparação anual, o PCE subiu 3,7% e o núcleo avançou 3,3%, permanecendo significativamente acima da meta de 2% do Fed. Diante desse cenário, o Federal Reserve manteve a taxa dos Fed Funds entre 3,50% e 3,75% ao ano em sua reunião de 29 de julho. A decisão não foi unânime, com três dos doze dirigentes defendendo uma elevação de 0,25 ponto percentual. O comunicado destacou que a atividade econômica continuava

avancando em ritmo sólido, mas que a inflação permanecia elevada em relação à meta de 2%, inclusive devido aos choques de oferta relacionados à energia. A combinação entre inflação ainda elevada, riscos geopolíticos e menor previsibilidade da política monetária contribuiu para uma forte abertura da curva de juros longos norte-americana ao longo de julho. Em 24 de julho, o Treasury de dez anos chegou próximo de 4,71%, enquanto o título de 30 anos alcançou 5,19%, níveis próximos das máximas observadas desde a crise financeira. Os rendimentos reais de 30 anos chegaram a aproximadamente 2,98%, maior nível desde 2008. Esse movimento evidencia que a discussão sobre juros longos passou a incorporar não apenas a trajetória esperada para a taxa básica, mas também a maior oferta de títulos públicos, o aumento das necessidades de financiamento dos governos e a percepção de que os déficits fiscais elevados poderão manter os prêmios de prazo pressionados por mais tempo. Nos mercados acionários norte-americanos, julho foi marcado por forte volatilidade e elevada dispersão entre setores. A perspectiva de juros elevados pressionou empresas mais sensíveis às taxas de desconto, enquanto os resultados corporativos, especialmente das grandes empresas de tecnologia, sustentaram o desempenho de parte relevante do mercado. O S&P 500 terminou julho praticamente estável, enquanto o Nasdaq apresentou desempenho relativamente melhor, sustentado pelo setor de tecnologia. O comportamento dos índices mostrou que, apesar da pressão exercida pelos juros longos, os investidores continuaram atribuindo elevada importância ao crescimento dos lucros e aos investimentos relacionados à inteligência artificial. No Brasil, os indicadores de inflação apresentaram uma melhora importante durante julho. O IPCA de junho, divulgado no início do mês, registrou alta de apenas 0,16%, ante 0,58% em maio. Com isso, a inflação acumulada em 12 meses recuou para 4,64%, enquanto o acumulado no ano ficou em 3,36%. A desaceleração foi influenciada principalmente pela queda de 0,24% no grupo Alimentação e bebidas, enquanto Habitação apresentou alta de 0,63%. A prévia de julho reforçou 0,97%. No mercado de juros, as preocupações fiscais e políticas continuaram exercendo pressão principalmente sobre os vencimentos mais longos. Em diferentes momentos de julho, a curva brasileira se descolou do movimento dos Treasuries, evidenciando que o prêmio de risco doméstico continuava elevado. Em 15 de julho, por exemplo, os juros longos subiram mesmo diante da forte queda dos rendimentos dos títulos americanos, em um movimento associado às incertezas eleitorais e fiscais. Ao longo do mês, o título brasileiro de dez anos chegou a negociar próximo de 15%, evidenciando a permanência de um prêmio elevado na estrutura a termo. Outro fator determinante para o mercado brasileiro em julho foi a escalada das tensões comerciais com os Estados Unidos. Em 16 de julho, o governo norte-americano anunciou tarifa adicional de 25% sobre uma ampla gama de produtos brasileiros, com vigência a partir de 22 de julho. A medida atingiu setores como máquinas, móveis, etanol e açúcar, embora produtos relevantes como café, carne bovina e aeronaves tenham ficado fora da lista inicial. Posteriormente, os Estados Unidos anunciaram uma tarifa adicional de 12,5% relacionada a uma investigação comercial, aumentando a pressão sobre as exportações brasileiras. O Brasil respondeu levando a questão à Organização Mundial do Comércio e sinalizando a possibilidade de utilização da Lei de Reciprocidade Econômica. O conflito comercial passou a representar um novo vetor de risco para a economia brasileira. Além dos efeitos diretos sobre as exportações, o aumento das tarifas introduziu incertezas sobre investimentos, produção industrial e crescimento econômico. Ao mesmo tempo, a possível redução das exportações para os Estados Unidos poderia produzir efeitos sobre setores específicos da economia, enquanto a necessidade de redirecionamento das vendas externas poderia aumentar a concorrência no mercado doméstico. No curto prazo,



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

entretanto, o impacto sobre a atividade agregada permaneceu limitado pela composição da pauta exportadora e pelas isenções concedidas a determinados produtos.